

SEMANA DE LUTO E DE LUTA

**18 a 22
de fevereiro**

PROFESSORES DE LUTO E EM LUTA
Pela Profissão. Em defesa da Escola Pública.

TORNA VISÍVEIS
NA TUA ESCOLA
OS SINAIS DO LUTO
E DESTA LUTA

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA:
DOS MEGA-AGRUPAMENTOS À MUNICIPALIZAÇÃO
– A EDUCAÇÃO POR CAMINHOS ERRADOS

▪ MEGA-AGRUPAMENTOS: A DESUMANIZAÇÃO DA ESCOLA

Realizada muitas vezes à revelia das comunidades escolares e das autarquias, a reestruturação da rede escolar desenvolveu-se, nos últimos anos, pela agregação de escolas e agrupamentos em “unidades orgânicas” de grande dimensão, num processo que ignorou as especificidades das escolas enquanto organizações educativas concretas, com identidade própria, órgãos de administração e gestão e projetos em desenvolvimento no terreno.

A constituição de mega-agrupamentos, iniciada, de forma ilegal, no tempo de David Justino e continuada por Isabel Alçada, adquire com Nuno Crato uma maior dimensão e complexidade, com a imposição de 150 novas agregações em 2012 e, já no decurso do ano letivo 2012/2013, de mais 67. Mas o processo ainda não terminou, nos últimos dias representantes da administração têm vindo a reunir com diretores de escolas ainda não agrupadas e autarcas, para lhes comunicar novas alterações à rede.

Num exercício de hipocrisia, o governo alega que os agrupamentos recentemente criados “têm uma dimensão equilibrada e racional” (12 dos 67 têm mais de 3000 alunos!) e que “têm em conta as características geográficas, a população escolar e os recursos humanos e materiais disponíveis”, vantagens educativas e pedagógicas que, em agosto de 2010, o PSD e o CDS/PP – então na oposição – não reconheciam, recomendando mesmo ao governo de José Sócrates a suspensão imediata de todo o processo, com a reversão das implicações que tinha tido em todos os agrupamentos e escolas afetadas (Resolução da Assembleia da República nº 94/2010).

Um estudo realizado pela FENPROF relativo à constituição e ao funcionamento dos mega-agrupamentos constituídos em 2010/2011 (divulgado em março de 2011), retrata uma realidade caracterizada por dificuldades várias, decorrentes da junção artificial de escolas com histórias e culturas distintas (nalguns casos, fisicamente distantes) e da substituição de uma gestão de proximidade por uma gestão à distância, com consequências negativas ao nível da desumanização dos espaços, da impessoalidade das relações, da descoordenação pedagógica, da morosidade dos processos, da sobrecarga de trabalho, do aumento da burocracia, da conflitualidade e do centralismo. Conclusões que o Conselho Nacional de Educação (CNE) recentemente corroborou, ao denunciar que *“a criação de agrupamentos de grande dimensão tem vindo a criar problemas novos onde eles não existiam”* e alertando, também, para *“a recentralização do poder na administração central, agora reforçada na sua capacidade de controlo de tudo e todos, pelas novas tecnologias”* (Recomendação nº 7/2012, CNE).

Para a FENPROF, a reestruturação da rede escolar deve estar subordinada a preocupações de natureza educativa e pedagógica e não a ditames meramente administrativos visando o controlo e a redução de custos, através da supressão de cargos e serviços e da redução de professores e trabalhadores não docentes. Por isso,

continuará a exigir a reversão do caminho dos “mega-agrupamentos”, pelas finalidades que persegue e pelas consequências que terá. Nesse sentido, a FENPROF e os seus sindicatos apoiarão as comunidades educativas na contestação que vierem a desenvolver para combater um modelo de agregação que é contra o interesse das escolas e dos alunos. De ressaltar a este respeito os expedientes judiciais que estão a ser desenvolvidos por órgãos autárquicos e associações de pais (nomeadamente de escolas dos distritos de Braga, Coimbra e Viseu) tendentes à suspensão da criação destes mega-agrupamentos.

Por fim, a FENPROF reafirma a necessidade urgente de discutir seriamente que sistema educativo queremos para o nosso país: se queremos escolas com projetos e identidades próprias ou “unidades orgânicas” descaracterizadas e pedagogicamente ingeríveis. Por outras palavras, é preciso que o governo clarifique se a prioridade do país deve ser a aposta na educação e na qualificação dos portugueses, ou o embaratecimento do sistema público, pondo em causa o futuro de várias gerações.

▪ MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: ALIENAÇÃO DE COMPETÊNCIAS?

A vontade de sucessivos governos de municipalizar a Educação já vem de longe e conheceu desenvolvimentos, em tempos mais recentes, em 1983 e posteriormente também em 1985, altura em que o governo fez mais uma tentativa de transferir para as autarquias as responsabilidades com o ensino básico, incluindo os seus profissionais. A luta dos docentes derrotou tais opções.

No entanto, muitas responsabilidades foram sendo transferidas do poder central para as autarquias locais: transportes escolares, construção e manutenção de muitas instalações, parte significativa das despesas de funcionamento, da ação social escolar e cantinas; mais recentemente, o governo transferiu o pessoal não docente para a responsabilidade de 112 municípios que assinaram protocolos neste sentido, bem como as atividades de enriquecimento curricular (AEC) na base de contratos-programa. Há municípios que, entretanto, já denunciaram os protocolos referidos.

Os resultados destes processos têm traços comuns, sendo um dos mais referidos o facto de as autarquias locais terem assumido mais responsabilidades sem que o poder transferisse os recursos financeiros adequados. Consequências: em muitos concelhos os transportes escolares realizam-se sem as condições de segurança e comodidade, um elevado número de escolas do 1º ciclo e de jardins-de-infância veem tardar obras indispensáveis e funcionam na penúria e a ação social escolar não responde aos problemas sociais. A transferência dos trabalhadores não docentes para a responsabilidade de municípios criou dificuldades no que respeita a questões tão elementares como a avaliação do desempenho ou a tutela disciplinar.

Já no que respeita às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), o quadro atual é desastroso: subfinanciamento crónico, atraso na transferência de verbas para o poder local, atraso no pagamento de salários, aliás, regra geral, miseráveis, precariedade extrema e entrega das atividades a empresas privadas. O que em muitos concelhos se tem passado a este nível basta para os professores fundamentarem a oposição às intenções municipalizadoras. Mas o atual governo anuncia o propósito de transferir para as autarquias todas as responsabilidades com a educação, desde a educação pré-escolar ao 12º ano, incluindo os professores e educadores e o pessoal não docente.

A este respeito, importa reafirmar que a FENPROF recusa inequivocamente que as matérias relacionadas com o exercício da profissão docente (salários, concursos, avaliação do desempenho, poder disciplinar, organização e funcionamento das escolas...) sejam transferidas para os municípios.

Rejeitando o caminho da municipalização, a FENPROF defende a descentralização da administração do sistema educativo assente em dois princípios:

- A construção da autonomia das escolas assente numa lei de financiamento dos estabelecimentos de ensino básico e secundário e da educação pré-escolar e em legislação relativa à autonomia das escolas e agrupamentos que clarifique e delimite competências e responsabilidades;
- A criação de conselhos locais de educação de âmbito municipal e participação comunitária com poderes próprios de decisão em questões de âmbito municipal.

O governo PSD/CDS quer sacudir responsabilidades e continuar a abrir caminho, também por esta via, para a desregulação e a privatização da educação. Tal está já em curso, de algum tempo a esta parte, com a concessão de serviços das escolas a empresas privadas, com o recurso ao POPH (Programa Operacional Potencial Humano) para pagar salários de docentes e com a organização e financiamento das AEC, entre outras medidas. Mas contará com a oposição da FENPROF ao desenvolvimento deste processo de municipalização da educação – caminho seguido em vários países com resultados pouco positivos, ao nível do acentuar de assimetrias entre escolas de diferentes municípios, do descomprometimento do Estado em termos de financiamento e responsabilidades sociais, de um maior controlo sobre as escolas, de um aumento do clientelismo, do sentimento de insegurança e da desmotivação dos professores.

Porto, 21.02.2013

O Secretariado Nacional da FENPROF